

A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA EM MEMÓRIA E CULTURA**ORAL HISTORY AS A RESEARCH METHODOLOGY IN MEMORY AND CULTURE** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-011>**Ana Luiza Souza e Silva**

Bacharel em Psicologia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9144683980427041>**Felipe Eduardo Ferreira Marta**

Doutor em História

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6116223353042882>**RESUMO**

A memória é um campo de pesquisa interdisciplinar e subjetivo que tem recebido foco no ambiente acadêmico, para compreender seu caráter subjetivo é preciso atentar-se às metodologias que abarquem essas especificidades, ao decorrer desse capítulo será discutida a História Oral enquanto possibilidade para tal. Esse texto é de abordagem qualitativa e trata-se de uma pesquisa bibliográfica a partir de duas categorias de análise: História Oral; Relações entre oralidade, memória, espaço e cultura. Na primeira discute-se o caráter teórico-metodológico da História Oral, em seguida a sua relação com memória e espaço, culminando na compreensão de possibilidades de seu uso na pesquisa. A partir desse debate percebe-se que a metodologia da História Oral é uma ferramenta de grande potencial para a pesquisa em memória, especialmente no contexto cultural.

Palavras-chave: História Oral; Memória; Cultura.**ABSTRACT**

Memory is an interdisciplinary and subjective research field that has received focus in the academic environment. To understand its subjective character it is necessary to pay attention to the methodologies that fulfill these specified requirements. Throughout this chapter it will be discussed Oral History as a possibility for such. This text is of a qualitative approach and it is a bibliographical research which analyses 2 categories: Oral History; Relationship between orality, memory, space and culture. In the first we argue about the theoretical-methodological aspects of Oral History, in the following will be discussed its relationship with memory and space, concluding in the understanding of possibilities of its use in research.

Through this debate it is noticed that Oral History as a methodology is a potential tool for the research in memory, especially in the cultural context

Keywords: Oral History; Memory; Culture.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em memória tem sua importância por documentar fragmentos de identidade de pessoas, lugares e eventos, pois “sem memória não há identidade, não há autoconhecimento e, assim, abre-se espaço para toda a sorte de abusos e violências” (Mendes; Marta, 2022, p. 13), dessa forma esse registro não interfere apenas no passado, mas também presente e futuro. Assim, “começa-se a atribuir à memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações” (Bosi, 2003, p. 36). Porém o caráter subjetivo da pesquisa exige abordagens que possam se afastar do objetivismo científico, enquanto mantém o rigor metodológico.

A memória é um fenômeno complexo debatido por diferentes áreas do conhecimento enquanto objeto de pesquisa, por este motivo torna-se necessário destacar a interdisciplinaridade intrínseca ao tema para que seja possível ter um entendimento mais abrangente sobre o mesmo, levando em consideração as discussões da psicologia, da história, das ciências sociais, da filosofia e outros campos do saber.

Devido ao caráter subjetivo e interdisciplinar da memória ela se afasta da ciência positivista, abrindo espaço para novas formas de um fazer científico, exigindo metodologias que abarquem suas complexidades, partindo de uma abordagem qualitativa, que trata da “compreensão das relações e atividades humanas com os significados que as animam” (Minayo; Sanches, 1993, p. 245).

Nesse sentido, a entrevista de história oral é uma fonte intencionalmente produzida, não se tratando nem da história de fato nem de uma história menos confiável devido à sua carga subjetiva, mas sim uma metodologia que permite o acesso e registro de histórias dentro da história (Alberti, 2008) que serão usadas para a produção de dados e devem ser criticamente analisadas junto à documentos e referenciais teóricos.

A história oral, segundo Portelli (1997), busca realizar investigações por meio de conversas sobre as experiências e memórias dos sujeitos entrevistados. Dessa maneira, permite que os pesquisadores ampliem suas compreensões nas entrevistas, uma vez que cada pessoa traz algo único ao tema estudado. É preciso também entender que a história oral não consiste apenas em meras entrevistas, mas sim que estas devem estar diretamente ligada aos objetivos e discussões da pesquisa e atreladas à questão ética de respeitar as memórias das pessoas e sua dimensão política de fazer circular o debate sobre elas. Assim como ter em mente que a entrevista deve ser seguida das outras etapas para poder ser considerada enquanto instrumento dessa metodologia.

É também papel da universo acadêmico, por meio de pesquisas e intervenções, ecoar as vozes que são habitualmente silenciadas e, pesquisar a temática da memória cultural é encontrar lugar para uma arte que resiste ao esquecimento apesar de não ser vista cotidianamente em espaços oficiais da cidade, pois ao reconhecer a importância de democratização do acesso à cultura e seus meios de produção, é preciso questionar quem tem o direito de ocupar esses lugares e quem decide quem tem esse direito.

Dessa forma, parte-se do objetivo de investigar as contribuições da história oral como metodologia de pesquisa no campo da memória, com ênfase nas memórias culturais e em sua relação com espaço, oralidade e produção artística, para alcançar o mesmo pretende-se a) compreender o caráter teórico-metodológico da história oral, identificando seus fundamentos epistemológicos e procedimentos técnicos, destacando sua dimensão política; b) analisar a relação entre oralidade e memória e cultura e c) refletir sobre as possibilidades de utilização da história oral na pesquisa em memória cultural, particularmente em contextos urbanos e artísticos.

Para compreender o caráter teórico-metodológico da história oral fundamenta-se especialmente nas reflexões de Alessandro Portelli e Verena Alberti, evidenciando que a metodologia vai além da simples entrevista, envolvendo planejamento, ética, análise crítica e devolutiva aos colaboradores. Na relação entre memória, oralidade, espaço e cultura partiu-se das discussões de Halbwachs e Ecléa Bosi, que elaboraram pesquisas na área da memória e como o espaço físico é tomado por lembranças; Derek Pardue e Lucas Oliveira no que se trata da ocupação de espaços na cidade e acesso à cultura e Augusto Boal para discutir o conceito de arte e cultura.

2 METODOLOGIA

A pesquisa em memória tem sua importância por documentar fragmentos de identidade de pessoas, lugares e eventos, pois “sem memória não há identidade, não há autoconhecimento e, assim, abre-se espaço para toda a sorte de abusos e violências” (Mendes; Marta, 2022, p. 13), dessa forma esse registro não interfere apenas no passado, mas também presente e futuro. Assim, “começa-se a atribuir à memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações” (Bosi, 2003, p. 36). Porém o caráter subjetivo da pesquisa exige abordagens que possam se afastar do objetivismo científico, enquanto mantém o rigor metodológico.

Dessa maneira, optou-se por trabalhar com a abordagem qualitativa, que, como discutido por Minayo e Sanches (1993) trabalha com a aproximação do sujeito e objeto, sendo ambos da mesma natureza, focando na complexidade dos fenômenos, fatos e processos, para além do que se observa ao estabelecer interferências e, a partir das relações, construir significados. O foco de análise parte então das relações, dos processos e fenômenos impossíveis de serem operacionalizados a partir de variáveis, tal qual é o campo de

estudo da memória.

Para a investigação proposta foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica, que “tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.” (De Souza; De Oliveira; Alves, 2021, p. 65). Dessa forma, foram selecionados livros e artigos sobre a temática visando organizar em 2 categorias de análise: História oral; Relações entre oralidade, memória e espaço e cultura.

A amostra foi composta de 13 livros, sendo: 4 sobre as teorias mais clássicas da memória (Halbwachs, 1990; Bergson, 1964 e Ricoeur 1987; 1994), 3 que aplicam essas teorias em contextos mais atuais (Bosi, 2003; Assman, 2011 e Huyssen 2004), 3 sobre a metodologia história oral, seus aspectos teórico-metodológicos e aplicações (Alberti, 2008 e Meihy, 2004; 2019) e 3 que tratam do aspecto cultural (Boal, 1996; 2009; 2019) e 8 artigos, sendo: 1 tratando da interdisciplinaridade da memória (Farias, 2016), 4 relacionando memória com oralidade ou história oral (Smolka, 2000; Pollak, 1989 e Portelli 1996; 1997), 1 discutindo a dimensão psicológica e política da memória (Ansara, 2008), 1 sobre história oral como metodologia de pesquisa no contexto cultural (Mendes; Marta, 2022) e 1 sobre o direito à cidade (Derek; Pardue, 2018).

A seleção foi feita a partir de estudos das disciplinas do mestrado em Memória Linguagem e Sociedade da Universidade do Sudoeste da Bahia (PPGMLS-UESB) e a amostra foi lida, fichada e criticamente analisada e comparada para redigir o corpo de análise desse capítulo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história oral é um processo que se constitui a partir de diversos procedimentos, iniciando a partir da elaboração de um projeto. Assim, como discutido por Meihy e Holanda (2019), este deve prever o planejamento das entrevistas e gravação, como definição do local de realização, tempo de duração, autorização de seu uso e outros aspectos; a transcrição; produção e revisão do material escrito e a devolução desse material, primeiramente ao grupo entrevistado e em seguida enquanto publicação.

Segundo Portelli (1997), essa metodologia busca realizar investigações por meio de conversas sobre as experiências e memórias dos sujeitos entrevistados. Dessa maneira, permite que os pesquisadores ampliem suas compreensões nas entrevistas, uma vez que cada pessoa traz algo único ao tema estudado. Esse tipo de pesquisa demanda que o pesquisador atue de forma ética, pois o compromisso com a honestidade reflete o respeito pessoal e intelectual tanto para com os entrevistados quanto em relação ao material coletado (Portelli, 1997).

3.1 ASPECTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS DA HISTÓRIA ORAL

Dessa forma é possível entender que a história oral não consiste apenas na entrevista, mas sim que esta deve estar diretamente ligada aos objetivos e discussões da pesquisa e atrelada à questão ética de respeitar as memórias da pessoa e sua dimensão política de fazer circular o debate sobre elas, assim como seguida das outras etapas para poder ser considerada enquanto instrumento dessa metodologia. Por isso antes de tudo é preciso “ter bem claro por que, como e para que se fará uma pesquisa utilizando história oral” (Alberti, 2008) para que não se cometam os erros comuns listados pela autora de se colocar na missão de *dar voz* aos vencidos ou de descredibilizar os relatos, evitando também a dicotomia simplificadora da memória oficial contra a memória dos dominados.

Para evitar essa dualidade Alberti (2008) recomenda se familiarizar com os estudos acadêmicos já produzidos sobre a história oral, dessa forma a metodologia não será usada apenas como uma receita ou passo a passo de como fazer uma entrevista, mas sim abrir espaço para a discussão de vários ângulos da memória de um mesmo objeto de pesquisa.

Respondendo às questões norteadoras acima citadas: por que trabalhar com história oral? Um motivo listado pode ser a falta de documentos oficiais e acadêmicos sobre o tema, principalmente quando se trata da história ou memória de um contexto local. Porém a escolha da metodologia vai muito além disso, afinal “a história que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (Bosi, 2003, p. 15). Dessa maneira, não é sobre dar voz, mas sim dar ouvidos, oferecer um espaço de escuta à diversidade de memórias e acolher a subjetividade desse campo de pesquisa, não como substituto de documentos oficiais, mas sim complementar aos mesmos, abrigando diferentes possibilidades, como explicitado nas palavras de Portelli (1996)

No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada. (p. 7-8).

Em sequência é feita outra pergunta: como realizar uma pesquisa a partir da história oral? A própria Alberti (2008) responde de forma clara e detalhada, relatando que parte-se primeiro da elaboração do projeto, determinando o tema, objetivos e a questão formulada de forma explícita. Depois deve-se definir a quantidade de pessoas e qual grupo que será entrevistado, fazendo uma lista extensa, porém flexível de possíveis entrevistados, deve-se levar em conta, sempre que possível, selecionar pessoas que tenham papéis diferentes na relação com a temática, para que se tenha contato com versões variadas. Em seguida entra-se em contato com essas pessoas e organiza-se os materiais, como o termo de compromisso livre e

esclarecido (TCLE), equipamento para gravação, anotações e o que mais for necessário à realização da entrevista (Alberti, 2008). Estando definida a população entrevistada são elaborados os roteiros de entrevista.

Com a preparação realizada pode-se iniciar o processo de entrevista, nesse momento o ideal é que seja criado um ambiente de igualdade na diferença, pois o pesquisador causará afetos diversos dependendo de quem será entrevistado, por exemplo ser visto como um acadêmico pode causar admiração, fazendo com que o indivíduo tente impressioná-lo ou uma sensação de afastamento, criando possíveis omissões. Portanto é preciso que haja um esforço para tornar essa relação o mais confortável possível. Outras questões técnicas apresentadas por Alberti (2008) para a realização da entrevista são

- Reservar um tempo relativamente longo para a realização da entrevista.
- Ao iniciar a gravação, gravar uma espécie de "cabeçalho" da entrevista, informando o nome do entrevistado, do(s) entrevistador(es), a data, o local e o projeto no qual a entrevista se insere.
- Usar, de preferência, perguntas abertas.
- Ser simples e direto ao formular as perguntas.
- Aproveitar outros recursos que estimulem o depoimento (fotografias, recortes de jornal, documentos e menção a fatos específicos).
- Reservar uma parte da entrevista para a discussão e a análise de alguns temas mais relevantes.
- Avaliar e analisar constantemente a entrevista (enquanto é gravada e, mais tarde, quando é objeto de análise).
- Decidir sobre quando encerrar a realização de entrevistas com base no avanço da investigação.
- Duplicar a gravação. (p. 190-191)

Após a realização das entrevistas é feita a transcrição das mesmas e em sequência a análise, momento no qual se reflete sobre os depoimentos, fazendo uma revisão crítica dos mesmos, levando em consideração que deve-se

- lidar com recuos e avanços no tempo;
- refletir sobre a parcimônia do discurso dos entrevistados, se for o caso;
- estar atento às repetições como uma possível fonte de informações importantes;
- "ouvir" o que as entrevistas "dizem" (narrativa do entrevistado & condições de sua produção);
- O atentar também para relatos, interpretações e pontos de vista "desviantes";
- ser fiel à lógica e às escolhas do entrevistado;
- atentar para a ocorrência de narrativas especialmente pertinentes;
- chegar a alguns padrões;
- estabelecer tipologias, se for o caso;
- comparar o que dizem as entrevistas com outros documentos;
- tomar os fatos (o que realmente aconteceu) e suas representações simultaneamente. (Alberti, 2008, p. 191).

Destaca-se a importância de respeitar o ponto de vista dos indivíduos entrevistados, afinal “Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro” (Portelli, 1996, p. 4), não se trata de acreditar sem questionar naquilo que é dito, ou ignorar a história oficial em detrimento do relato, mas sim compreender que o entrevistado acredita naquilo que diz e é então a verdade dele.

É preciso também destacar que existem formas diferentes de se trabalhar com a história oral, que a rigor, divide-se em três subgrupos: 1) História oral de vida; 2) História oral temática e 3) Tradição oral. Na primeira “parte-se do universo escolhido pelo entrevistado, de forma centrífuga, onde o foco é a sua própria

trajetória” (Mendes e Marta, 2022, p. 6), nesse caso abrange-se mais da história de vida do entrevistado e pode fornecer detalhes mais ricos de suas relações com a temática proposta, esse detalhamento exige maior tempo a ser dedicado para as entrevistas, podendo inclusive necessitar de mais de um encontro, o que pode ser uma limitação a depender dos prazos. Outra dificuldade que pode surgir é o indivíduo não perpassar o tema de interesse do pesquisador em seu relato.

A segunda categoria faz o caminho inverso: “o entrevistador apresenta o tema e, a partir dele, insere o entrevistado de forma centrípeta, descartando e contornando temáticas definidas como não-interessantes à abordagem” (Mendes e Marta, 2022, p. 6). Nesse caso garante-se que a temática indicada pelo pesquisador será discutida e destrinchada, porém perde-se parte importante da história de vida do entrevistado que pode contribuir para o debate mesmo que indiretamente.

A terceira abordagem é a da tradição oral, que apresenta uma trajetória mais voltada a compreender a memória de um grupo, assim “obtem-se um retrato das memórias coletivas de determinados grupos acerca de temas passados de geração a geração de forma espontânea”. O que define o caminho a ser seguido são os objetivos da pesquisa, assim como limitações temporais e o foco do pesquisador.

A última pergunta feita por Alberti (2008) é: para que utilizar a história oral? É preciso que a pesquisa retorne em primeira mão para aqueles que contribuíram com sua construção, as pessoas que foram entrevistadas não são consideradas uma fonte de dados passiva não são eles que fornecem os *fatos* para que depois seja feita a *filosofia* , ou seja, o relato daquilo que ocorreu para que depois o pesquisador faça a reflexão sobre o que foi dito (Portelli, 1996). Ao invés disso são colaboradores ativos que intervêm no material pesquisado e a eles deve ser feita a devolutiva do mesmo, para que seja garantido um dos princípios da história oral: a preservação da memória em face ao esquecimento.

3.2 RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA, ORALIDADE, ESPAÇO E CULTURA

O debate em torno da memória só é possível ao retomar o princípio de que seu campo é multidisciplinar. Existe o aspecto biológico, as redes de neurônios interligados que se comunicam entre si e tornam possível o armazenamento de informações “O Conhecimento reside no cérebro físico materializado em complexas redes neuronais vivas e pulsativas que se expandem e retraem a todo instante” (Boal, 2009, p. 28), mas este é apenas um dos aspectos que cerca esse tema tão complexo, afinal “o pensamento, que nelas flui, é imaterial: é o Conhecimento em sua constante transformação: é a sua própria transformação” (Boal, 2009, p. 28).

Para entender as relações da memória é preciso, segundo Farias (2016) compreender “a articulação entre a passagem do tempo e as alternativas de transmissão e expressão das experiências” (p. 114), a linguagem seria, então, a expressão máxima da memória, a forma pela qual ela será transmitida, seja em relato oral, escrito ou até mesmo traduzido em figuras e interpretações cênicas.

Desde já fica estabelecida a conexão entre memória e temporalidade, trata-se de “uma maneira de lidar, isto é, um modo de saber para tratar da sucessão dos eventos, dentro de uma programação que distingue entre a perspectiva (o futuro) e a circunstância (o presente), considerando o tema do antecedente (o passado)” (Farias, 2016, p. 117). Trata-se portanto de uma forma de estudo da sucessão de eventos, que segundo Ricoeur (1994) são os acontecimentos, pontuais ou não, curtos ou longos, que provocam mudança no interior da narrativa, como por exemplo início ou fim de um processo e, a partir dele, as narrativas e discursos em discussão e seus significados, entendendo que “o discurso constitui lembranças e esquecimentos, que ele organiza e mesmo institui recordações, que ele se torna um locus da recordação partilhada” (Smolka, 2000, p. 187).

Bosi (2003) acrescenta outra categoria ao dizer que a memória seleciona os acontecimentos no tempo e no espaço, todavia elas não são escolhas arbitrárias, mas sim revelam um vínculo afetivo, sendo trabalho do pesquisador identificá-lo. O esquecimento, da mesma forma, aparece no debate enquanto condição da memória, pois a mesma tem também o papel de selecionar aquilo que é recordado e o que será relatado, assim “esquecimento, omissões, os trechos desfiados de uma narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas” (Bosi, 2003, p. 18).

São esses procedimentos da memória que, Segundo Portelli (1996) constituem a oralidade, “o trabalho da consciência manifesta-se na entrevista pelo fatigante trabalho da palavra. As interrupções, digressões, repetições, correções que caracterizam a narração” dessa forma é inviável extrair da memória o *fato puro* seja por meio do documento oficial ou do depoimento oral, pois ambos serão “carregados de representações ideológicas” (Bosi, 2003, p. 19) daqueles que fazem o relato.

Ao propor a construção de uma história complementar àquela das fontes oficiais, a história oral apresenta um compromisso político de ouvir a voz das diversidades que usualmente são apagados e que, a partir dela “têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias” (Meihy, 2002, p. 39), trazendo assim as subjetividades para a cena.

Esse aspecto subjetivo aparece também nas discussões de Halbwachs (2004) quando afirma que os espaços assumem diferentes imagens e significados para grupos distintos. Dessa forma locais como ruas, casas, escolas e outros tantos são pensados diferentes por indivíduos, dependendo do grupo social ao qual pertencem. Para uma criança, por exemplo, se configuram de uma maneira, que não é a mesma para os adultos, pois, para estes, o mundo se expande e ganha maior significância, já que é nele que se constroem seus laços sociais mais fortes, solidificados ao longo do tempo. Além disso, Halbwachs (1990) afirma que

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras [...] Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa [...] cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável. [...] (p. 133).

Assim, quando o grupo ocupa um espaço e o toma como parte da construção de sua identidade, “ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo a que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem” (Halbwachs, 1990, p. 133), ou seja, o grupo carregará consigo a memória daquele espaço, assim como o espaço abrigará as marcas deixadas pelo grupo, contando também sua história com o passar dos anos.

Dessa maneira podem-se estabelecer a oralidade, o tempo e o espaço “como categorias fundamentalmente contingentes de percepção historicamente enraizadas, estão sempre intimamente ligadas entre si de maneiras complexas, e a intensidade dos desbordantes discursos de memória” (Huyssen, 2004, p. 10). O espaço, nessa perspectiva, atua como quadro dinâmico de recordações, moldando a forma como os grupos interpretam e revivem o passado a partir do presente. De acordo com Halbwachs (1990, p. 159), “todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos”, ou seja, é através da interação com os lugares físicos enquanto marcos sociais que os indivíduos e grupos dão forma ao que se denomina de memória coletiva, que pode ser legitimada em registros históricos oficiais ou deslegitimada

Essa deslegitimação é tão política quanto a recordação oficial, já que nos dois casos se trata de legitimação e poder. A recordação que se seleciona e conserva nesse caso presta-se a dar fundamentação não ao presente, mas ao futuro, ou seja, ao presente que deve suceder à derrubada das relações de poder ora vigentes. (Assman, 2011, p. 152)

Assim, se faz preciso pensar a arte, em diálogo com as lutas urbanas, oportunizando uma ressignificação das maneiras de viver, perceber a cidade e preservar a memória. Essa preservação só é possível porque “[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.” (Pollak, 1989, p.12).

O teatro é em essência uma manifestação artística relacional pois parte sempre do conflito, do diálogo, mesmo o monólogo pressupõe uma relação entre ator e público, observador e observado. A sua história surge com o “canto ditirâmico: o povo livre cantando ao ar livre” (Boal, 2019, p. 127), as pessoas eram ao mesmo tempo atores e contempladores de suas ações. Por essas particularidades o teatro é conhecido como arte da presença, porém, para ser possível ser uma arte presente, precisa-se de um espaço.

A arte que é pensada nesta pesquisa baseia-se na poética do oprimido, que nela “cria-se o diálogo; mais do que se permite, busca-se a transitividade, interroga-se o espectador e dele se espera resposta.

Sinceramente” (Boal, 1996, p. 46). Ou seja, uma arte que não busca a catarse e sim a transformação social, que tem por objetivo o acesso à cultura e aos meios de produção para que os espectadores possam também criar.

Sendo assim, para conceituar arte, contracultura e cultura de resistência ao longo da discussão será construído o diálogo com Augusto Boal em justaposição com o sentido de criação para Henri Bergson. Entendendo que a arte nos move para o domínio da intuição, afastando-se da inteligência, nos desligando dos nossos hábitos cotidianos, apresentando às possibilidades de originalidade e novidade na relação pessoa-matéria (Bergson, 1964).

Porém é impossível falar em arte e cultura sem levar em consideração a materialização do local no qual ela está. Sendo assim, reivindica-se o direito à cidade, mas qual direito? “Direito à integralidade dos lugares da cidade? Direito ao ir-e-vir que, normativamente, deveria contemplar a própria existência do espaço urbano? Ou direito de ocupá-lo com corpos, desejos e processos criativos?” (Pardue; Oliveira, 2018, p. 3). A partir dessas perguntas norteadoras e leituras que construíram esse texto, questiona-se: qual o local de expressão da memória e arte nas cidades?

Pode-se pensar a partir desse questionamento as possibilidades ou impossibilidades de adentrar equipamentos públicos culturais, compreendendo que quando os locais são fechados ou o acesso é negado ou cobrado este é um silenciamento de artistas independentes que não conseguem articular seus recursos afim de adentrar espaços privados ou que não alcançam os requisitos para editais. Essa fragmentação cumpre um importante papel, aqueles que a determinam têm o poder sobre a narrativa, podem escolher qual história contar, além de quem a relatará e como ela será apresentada à plateia (Boal, 2009).

Refletir criticamente sobre essa relação oprimido/opressor e seu lugar na memória cria espaço para o novas possibilidades de existências, relações e papeis, pois desse modo se torna possível resistir contra essa condição possibilitando o desenvolvimento de um novo sujeito sócio-histórico (Ansara, 2008). E assim a questão urbana precisa ser campo aberto de contestação social, cultural e política (Pardue; Oliveira, 2018, p. 4), para que seja discutido amplamente o acesso aos espaços.

Dessa forma não basta apenas a existência de prédios voltados para veiculação artística e sua simbologia para quem o ocupou em algum momento, é necessário garantir o “direito de ocupar fisicamente, criar materialidades e bens simbólicos, de performar corpos e fluxos de desejos, de narrar histórias, inventar novas memórias; ou do direito de combater, com os mecanismos apropriados a cada grupo identitário, a vulnerabilidade” (Pardue; Oliveira, 2018, p. 3-4). Retomando para a discussão o argumento de Boal (2020) de que o acesso à cultura e seus meios de produção é uma das possibilidades de combate para grupos marginalizados, pois assim podem contar a história do seu ponto de vista, além de refletir sobre essa realidade, tornando possível transformá-la.

Para compreender melhor esses aspectos, podem ser realizadas entrevistas baseadas na metodologia

da história oral .

Além de entrevistas, a metodologia busca analisar também documentos oficiais, que podem ser encontrados em arquivos municipais, e câmara de vereadores por exemplo, além de documentação extraoficial que podem aparecer nos arquivos pessoais de pessoas entrevistadas. Pode-se utilizar também de notícias veiculadas a mídias nacionais e locais, de forma online ou impressa.

Para que seja possível fazer um registro fidedigno das entrevistas devem ser utilizados os seguintes materiais: roteiro de entrevista semiestruturada, com abertura para intervenções e elaborações do entrevistado além de dar liberdade à curiosidade do pesquisador, celular ou outro equipamento com gravador de voz, sendo sugerido o uso de pelo menos dois aparelhos caso um venha a falhar, caderno de anotações e transcrição e descrição daquilo que foi dito pelos entrevistados, separando a seguir em categorias de análise, para investigar, junto aos referenciais teóricos o sentido que criam a partir de suas perspectivas sobre o tema. Dessa forma “a experiência experienciada, como vivida, permanece privada, mas o seu sentido, a sua significação, torna-se pública” (Ricoeur, 1987; p.27-8).

4 CONCLUSÃO

A partir da pesquisa bibliográfica desenvolvida pretendeu-se investigar as possíveis contribuições da história oral para a pesquisa em memória, especialmente no contexto das memórias culturais, a partir de estudo em livros e artigos que abrangem essas temáticas.

Primeiramente foi discutido o caráter teórico-metodológico da história oral, que, segundo Portelli (1997), busca realizar investigações por meio de conversas sobre as experiências e memórias dos sujeitos entrevistados. Desde o princípio fica estabelecida a relação entre essa metodologia e a memória, ambas de essência subjetiva, buscando ouvir narrativas e compreender seus vínculos afetivos e o impacto que eles causam.

Em seguida aprofundou-se o estudo sobre a conexão entre oralidade e memória, acrescentando a temática do espaço, que é descrito por Halbwachs (1990; 2024) enquanto um quadro social da memória, sendo junto com a linguagem parte da constituição da mesa. Demonstrou-se também que as narrativas não são meros registros factuais, mas construções simbólicas atravessadas por afetos, silêncios e escolhas, conforme discutido por Ecléa Bosi. Assim, confirmou-se que a subjetividade não compromete o rigor científico, mas amplia as possibilidades interpretativas. Na sequência essas relações são colocadas no contexto de uma memória cultural.

No que se refere à articulação entre memória e espaço, as contribuições de Maurice Halbwachs permitiram compreender que os lugares não são apenas cenários neutros, mas quadros sociais da memória, carregados de significados construídos coletivamente. Dessa forma, foi possível atingir o objetivo de analisar a dimensão espacial da memória cultura. A discussão também evidenciou a dimensão política da

história oral, ao reconhecer seu papel na ampliação de vozes historicamente silenciadas e na problematização do acesso aos espaços culturais, em diálogo com as reflexões de Augusto Boal sobre arte, cultura e transformação social.

Assim, ao perpassar por essas categorias de análise percebe-se que a história oral, quando articulada a outras fontes documentais e referenciais teóricos, não substitui a história oficial, mas a complementa, ampliando o campo das possibilidades interpretativas. Dessa forma, a metodologia da história oral pode ser de grande contribuição para a investigação proposta, pois acolhe as subjetividades que envolvem a temática, complementa as fontes consideradas oficiais com outras perspectivas diversas e apresenta novas possibilidades de estudos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In Basseni, Carla (org.). Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto. p. 155-203, 2008.
- ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. Revista Psicologia Política. São Paulo, v. 8, n. 15, p. 31-56, 2008.
- ASSMANN, Aleida. Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.
- BERGSON, Henri. A Evolução Criadora. Rio de Janeiro: Delta, 1964
- BOAL, Augusto. Teatro Legislativo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BOAL, Augusto. A Estética do Oprimido: reflexões errantes sobre o pensamento do ponto de vista estético e não científico. Rio de Janeiro: Garamond, 2009
- BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.
- BOSI, Éclea. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021.
- FARIAS, Edson. Multimodalidade da memória e a sociologia dos a priori sociais. Arquivos do CMD, Volume 4, N.1. Jan/Jun, 2016, p. 112-155.
- HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. Revista dos tribunais, São Paulo. 1990.
- HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. 2. ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019

MENDES, Plácido O; MARTA, Felipe E.F.; A História Oral como Instrumento de Pesquisa em Memória Coletiva na Cena Rock de Vitória da Conquista-BA in: FERREIRA, Heridan, J. G. P. (org.) A cultura em uma perspectiva multidisciplinar. Ponta Grossa, PR: Atena, 2022.

MEIHY, João C. S. B. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 2002

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Pública, São Paulo, v. 9, n. 3, 1993, p. 239-262.

PARDUE, Derek; OLIVEIRA, Lucas A. Direito à cidade: problema teórico e necessidade empírica. Plural: Revista de Ciências Sociais, v. 25, n. 2, p. 1-19, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, 1996, p. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. São Paulo: Projeto História, 1997.

RICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa (Tomo I). Campinas: Papyrus, 1994

SMOLKA, Ana L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. Educação & Sociedade, 2000, p. 166–193.